

ANEX

Política

P-5

CONSTITUINTE

anc

Planalto quer negociar sem abrir mão da chefia de governo

por Cecília Pires de Brasília



Prisco Viana

O deputado Prisco Viana (PMDB-BA), um dos principais articuladores de Sarney no Congresso Nacional, afirmou ontem que o presidente está trabalhando pela manutenção do regime presidencialista, mas admite conviver com algumas regras do parlamentarismo. Proposta nesse sentido foi apresentada em forma de emenda pelo próprio parlamentar, no início dos trabalhos constituintes e pode ser reapresentada nesta fase, conforme admitiu, se os entendimentos caminharem neste sentido.

"Só há um dogma para o governo, que é o comando unificado do País. O presidente da República deverá ser ao mesmo tempo chefe do governo e chefe de estado", afirmou Prisco Viana.

Segundo Prisco, o presidente encarregou o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, de elaborar uma emenda que reflita entendimentos com todas as correntes do Congresso em torno do presidencialismo. Sant'Anna trabalhará com duas hipóteses, uma de presidencialismo puro, com fortalecimento do Congresso e devolução de algumas de suas prerrogativas perdidas durante os regimes militares, e outra de presidencialismo com algumas normas parlamentaristas. Nesse caso, haveria um primeiro-ministro indicado pelo próprio presidente da República, que seria uma espécie de coordenador da administração. Segundo Prisco, Sant'Anna deverá encontrar uma fórmula de consenso até sábado. Se não for possível, apresentará, de qualquer maneira, uma emenda, e, nesse caso, a fórmula será o presidencialismo puro.

Outro interlocutor de peso no Congresso, o senador José Richa (PMDB-PR), defensor do parlamentarismo, também defende uma solução negociada para o sistema de governo que permita a implantação de um modelo progressivo de parlamentarismo ainda no governo Sarney. Richa acredita que a posição do

governo mudou a partir desta semana e que há grande possibilidade de entendimentos.

"Os canais de comunicação estão desobstruídos", afirmou Richa. Já há possibilidade de diálogo, há ambiente pela frente, para que se possa conversar, sem emocionalismos, no sentido de encontrar o que é melhor para o País", disse o senador. A desobstrução de canais a que o senador se refere teria alcançado o governo, os militares e a classe política.

Um dos primeiros parlamentares a tentar convencer o presidente Sarney a aceitar uma fórmula próxima do parlamentarismo ainda em seu governo, trabalho em que se empenha desde o início da Constituinte, Richa acredita que o presidente é o único que pode influir decisivamente para a mudança gradual do sistema de governo.

"O presidente é o único que pode abrir mão. Porque ele é o patrono da transição. E não há como estabelecer a transição sem que o presidente concorde", afirmou. Na opinião do senador, se o parlamentarismo não for implantado ainda no governo Sarney, não será implantado mais. "O parlamentarismo tem de ser exercitado, para que não se instale absorvendo todos os vícios do presidencialismo. Se for deixado para depois, não haverá como implantá-lo depois de uma eleição presidencial direta, quando o presidente for eleito com mais de 40 milhões de votos", afirmou.

De acordo com o secretário

O Planalto negocia...

por Mariângela Hamu de Brasília

(Continuação da 1ª página) de Alagoas, que em discurso recente pediu eleições diretas para presidente já. Melo poderá passar a pão e água até que mude de idéia. O ministro da Saúde, Roberto Santos, e o da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, também estão visados, por tentarem — segundo um assessor do presidente — reafirmar sua independência.

Num grupo especial encontra-se o governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, que o Planalto não inclui entre os governadores considerados amigos. Quando o presidente foi à Argentina em visita oficial, em 19 de agosto, o presidente em exercício, Ulysses Guimarães, autorizou a emissão de CZ\$ 6 bilhões em Obrigações do Tesouro do Rio Grande do Sul.

A emissão estava autorizada desde junho pelo Conselho Monetário Nacional, mas o Palácio do Planalto aguardava o momento oportuno e politicamente conveniente para enviar o projeto ao Senado. Ulysses, amigo de Simon, estragou a brinca-

deira, para irritação do presidente Sarney.

Inicialmente decidido a não "interferir" nos trabalhos da Constituinte, o presidente Sarney deixou a cargo dos amigos e das lideranças no Congresso a tarefa de negociar e defender as posições do governo. Somente horas antes da entrega formal do anteprojeto do relator Cabral ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, na semana passada, ele decidiu "agir com o rigor" que há muito tempo alguns de seus mais leais colaboradores o haviam aconselhado.

E agiu com tamanha determinação que acabou esquecendo um princípio que ele próprio consagrou no início do seu governo: o de que o político quando dá um soco na mesa corre o risco de quebrar o pulso. Sarney valeu-se de um pulso certamente mais habituado a dar socos que o seu: o do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, durante a reunião ministerial da semana passada. Pelos resultados que vem colhendo desde então, o presidente tem tudo para conseguir o apoio que pretende.

rio de Imprensa da Presidência, Frota Neto, o governo mantém a mesma posição em defesa do presidencialismo, mas não tem questão fechada sobre nenhum ponto. Frota não aprofundou que fórmulas o governo pretende incluir nesses entendimentos, alegando que o governo não vai colocar suas cartas na

mesa para não reduzir seu poder de negociação até sábado, quando se conclui o prazo de apresentação das emendas.

Segundo Frota Neto, o presidente defende o presidencialismo porque esse sistema facilita a conclusão do processo de transição democrática. Para o governo, segundo Frota, a transição só termina com a transferência de poder ao sucessor de Sarney e não com a promulgação da nova Constituição.

Negociações voltam à estaca zero

por Andrew Greenlees de Brasília

As negociações em torno do sistema de governo a ser adotado pela Constituinte voltaram ontem à estaca zero, empurradas por dois fatos.

Em primeiro lugar, o presidente José Sarney garantiu a um grupo de deputados com os quais viajara a Piquete (SP) que pretende ver aprovado o presidencialismo clássico, asseguradas as prerrogativas do Congresso. Por outro lado, as lideranças partidárias aceitaram adiar o prazo final para a entrega de emendas até sábado. Assim, cada grupo reafirmou suas posições enfaticamente, ciente de que há mais três dias de possíveis contatos pela frente.

ACORDO ATRAVÉS DAS EMENDAS

"O acordo virá do entrelaço das emendas", acredita o senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), que assina a proposta dos parlamentaristas. E é justamente neste processo que o grupo do deputado Ulysses Guimarães planeja apresentar a palavra final, traduzida na proposta do presidencialismo "mitigado", de autoria do jurista Miguel Reale Júnior, principal assessor do presidente da Constituinte.

Por esse sistema, o primeiro-ministro é escolhido pelo presidente da República e tem seu nome aprovado pela Câmara dos Deputados. A responsabilidade do governo, no entanto, é do presidente.

O próprio Reale considera o Palácio do Planalto mais disposto a conversar do que os parlamentaristas. Para ele, no caso de buscar uma solução de consenso, sua proposta é aceitável aos presidencialistas, já que o primeiro-ministro coordena a atuação do governo, mas o poder de decisão permanece nas mãos do presidente.

ENTENDIMENTOS INTRINCADOS

As declarações de Sarney, ontem, indicam, no entanto, que a reabertura dos entendimentos — iniciada anteontem quando um grupo de parlamentaristas esteve no Palácio do Planalto — pode ser um processo intrincado.

Os parlamentaristas — senadores do primeiro-ministro como chefe de governo — também reafirmaram sua posição contrária a qualquer sistema "mitigado". "Teríamos um funcionário chamado de primeiro-ministro", criticou o senador Nelson Carneiro, ao comentar a possível aprovação da proposta Reale.

Na opinião de Miguel Reale Júnior, o ideal seria chegar-se a uma emenda de consenso antes de sábado. "Há uma grande preocupação em se evitar um sistema que leve à ingovernabilidade do País", comenta o jurista, confiante em que esta constatação sirva de alavanca para a retomada da negociação.

Prazo para entrega de emendas é prorrogado

por Zanoni Antunes de Brasília

Todas as lideranças partidárias, reunidas ontem no gabinete do deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte e do PMDB, decidiram prorrogar o calendário final da Assembleia Nacional Constituinte. "A dilatação de prazo foi feita com o objetivo de facilitar os entendimentos", explicou o deputado Ulysses Guimarães.

Com a prorrogação do prazo de entrega de emendas ao anteprojeto do relator Bernardo Cabral (marcado para terminar ontem à meia-noite), os representantes partidários promoveram uma verdadeira reviravolta no calendário constitucional.

Anteriormente previsto para o dia 20 de setembro, o projeto da futura Constituição do País somente entrará na ordem do dia, para votação em plenário, no dia 5 de outubro. Em nome da negociação política em torno dos temas polêmicos da Constituinte, os líderes concordaram na alteração. Mas o deputado baiano Haroldo Lima, líder do PC do B, acha que o adiamento "é uma faca de dois gumes".

Para ele, o governo acabou ganhando ao garantir um maior tempo para impor as emendas que julga de seu interesse. Na opinião do deputado Expedito Machado, líder de uma ala conservadora da Constituinte, o Centro Democrático, "esse adiamento foi ótimo". Machado e seu grupo apoiam as iniciativas do governo na Constituinte.

Idêntica opinião tem

também o deputado Prisco Viana (PMDB-BA), um dos articuladores políticos do presidente José Sarney, que analisa que o adiamento facilitará o trabalho do deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo, na articulação da defesa do presidencialismo.

Já Ulysses Guimarães e considera que a definição do sistema de governo poderá vir através do entendimento, mas ressalva que é uma tarefa muito difícil, "em qualquer parte do mundo". Para Ulysses, os constituintes devem, a partir de agora, conversar muito, uma vez que entende que os temas polêmicos deverão ser discutidos e resolvidos nesta fase para facilitar o trabalho final em plenário. Sobre a hipótese de submeter a nova Constituição a um referendo popular, Ulysses Guimarães disse que é uma questão a se estudar.

Com as mudanças decididas ontem, o calendário da Constituinte passou a ser o seguinte: 5/9 — prazo final para a apresentação de emendas; 15/9 — prazo de o relator apresentar parecer sobre as emendas; 16/9 — publicação; 17/9 — distribuição; 18 e 19/9 — período destinado para apresentação de destaques para votação de emendas; 20/9 — ordenação dos destaques; 2/10 — fim do prazo de a Comissão de Sistematização deliberar sobre as propostas; 3/10 — publicação do novo parecer do relator; 4/10 — distribuição; e 5/10 — o projeto entra na ordem do dia para votação em plenário.

Congresso poderá ter rede de rádio e TV

por Zanoni Antunes de Brasília

Uma nova rede de televisão poderá surgir até o final deste ano, caso seja aprovada uma emenda de autoria do deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), primeiro-secretário da Assembleia Nacional Constituinte. A emenda foi apresentada e aceita ontem durante a reunião de todas as lideranças partidárias no gabinete do deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Constituinte.

Segundo a proposição, o Congresso Nacional fica autorizado a implantar e operar sistema nacional próprio de radiodifusão, de sons e imagens com alcance em todo o território nacional, "podendo instalar, colocar e manter em fun-

cionamento estações geradoras, receptoras e retransmissoras de sinais de televisão".

Em sua justificativa, o deputado Marcelo Cordeiro afirma que, operando a sua própria rede, de forma autônoma, "o Congresso Nacional fará chegar a todas as cidades e regiões brasileiras a sua mensagem, as atividades e as realizações dos parlamentares, seja no plenário, seja nas comissões".

Para fazer a rede de radiodifusão do Congresso, segundo o que prevê a emenda, serão destinadas dotações específicas e suficientes do orçamento da União "para a implantação da rede de televisão, no prazo de quatro anos, após a expedição do decreto legislativo".